

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 41 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, na cidade de Viseu, na Casa do Adro, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros: -----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Presidente	José Fernando Carneiro Pereira
Mangualde	20.330	Presidente	João Nuno Gonçalves Azevedo
Nelas	13.861	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.415	Vereador	Paulo Jorge Arede Marques Antunes
Penalva do Castelo	8.819	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	11.563	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	17.274	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	Vereador	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	10.171	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----
- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 31/08/2015;-----
- 2 - Análise, discussão e votação da 7ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 3 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para assegurar as tarefas da Unidade Administrativa e Financeira (UGAF) da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com as exigências do POCAL", de acordo com a Informação de Serviço nº 274/2015, de 1 de julho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para apoio no encerramento de projetos no âmbito do QREN e na submissão das candidaturas ao Portugal 2020", de acordo com a

Informação de Serviço nº 324/2015, de 01 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para a implementação da 5ª edição do projeto "Empreendedorismo nas Escolas da CIM Viseu Dão Lafões"", de acordo com a Informação de Serviço nº 328/2015, de 3 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de aplicação de sanção contratual, no âmbito do procedimento concursal para a "Aquisição de equipamentos terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC) para os corpos de bombeiros e os serviços de proteção civil municipal", de acordo com a Informação de Serviço nº 325/2015, de 1 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 7 - Análise, discussão e votação da proposta de minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da CIM Viseu Dão Lafões" - (CLPQI_01/2015), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- 8 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de conjunto de estantes móveis de arquivo para apoio à Estrutura de Apoio Técnico da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização" - (AD_19/2015), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;--

---- 9 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços de empoderamento da rede de incubadoras do território Viseu Dão Lafões" - (AD_18/2015), nos termos da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver "quórum" para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

---- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, abriu o período de antes da ordem do dia, lembrando os presentes que no final da reunião do Conselho intermunicipal se iria realizar uma conferência de imprensa para apresentação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, pelo que esperava que todos os presentes ficassem para a mesma.-----

----- Deu nota, ainda, o Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal que no próximo dia 11 de setembro iria estar presente, na CCDR Norte, com o Secretário Executivo, na assinatura dos contratos de financiamento no âmbito da candidatura dos serviços partilhados no qual a CIM iria receber um financiamento na ordem dos 722 mil euros. -

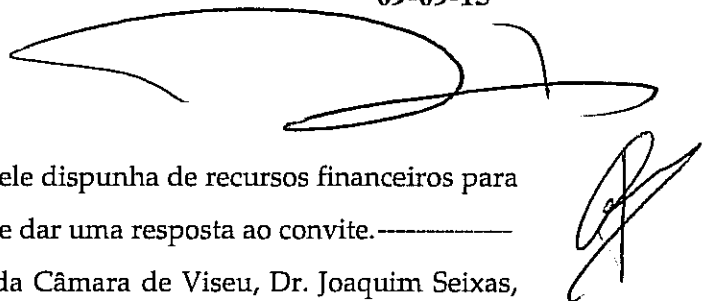
----- Continuou a sua intervenção, alertando, para o facto de apesar de todos os municípios pertencerem a uma ou mais ADL era importante não perder a visão do território como um todo e que essa visão era dada pela CIM, apesar de, também ele, perceber que estas iriam passar por sérias dificuldades em face das alterações provocadas pelo presente quadro comunitário e a forma como ele tinha sido estruturado. -----

----- Ainda a este respeito, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que na reunião do Conselho Intermunicipal, de 31 de agosto, tinha ficado acordado, entre todos, que seria efetuada uma candidatura supramunicipal na área da Igualdade de Género, mais concretamente na formação de públicos estratégicos, pelo que era importante que cada município desse conhecimento dessa vontade à ADL de que faz parte., até porque, era do seu conhecimento, que existiam ADL's que se preparavam para fazer candidaturas similares e que isso iria dar uma imagem de desunião da região e fragilizava as diversas candidaturas -----

----- Continuou a sua intervenção, informando, iriam existir, no futuro, diversas oportunidades para que todos pudessem ser executores nestas áreas sendo que na sua opinião as ADL's deveriam procurar diversificar as suas candidaturas, procurando, desta forma, ampliar a área de captação de financiamento da região.-----

----- Ainda antes da ordem do dia, o Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal informou o Conselho que iria realizar-se, no próximo dia 23 de setembro, na cidade de Mangualde, uma reunião do Conselho Estratégico da CIM. -----

----- Concluiu a sua intervenção, informando os presentes, que no seguimento do convite formulado pelo Senhor Eurodeputado, Dr. Fernando Ruas, para que fosse realizada uma ação de promoção da enogastronomia de Viseu Dão Lafões, em



Bruxelas, no Parlamento Europeu, sendo que ele dispunha de recursos financeiros para alavancar a referida realização, tendo ficado de dar uma resposta ao convite.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que se congratulou com a ideia, tendo contudo alertado o conselho para a importância de se realizar de forma concertada e o mais abrangente possível a ação de forma a envolver a diáspora, para que não viesse a ser uma ação demasiado fechada.-----

---- Não existindo mais intervenções sobre este assunto foi aprovado, por unanimidade, que a CIM deveria participar no referido evento. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Dr. Pedro Mouro, que confirmou a visão apresentada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, quanto às dificuldades financeiras por que iriam passar as ADL's. -----

---- Concluiu a sua intervenção, afirmando, que se não houver condições para que estas façam um determinado número de candidaturas essa situação só teria tendência para se agravar, sendo que dentro de pouco tempo poderia deixar de haver dinheiro para pagar salários aos técnicos.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que informou o Conselho Intermunicipal que no seguimento de um convite remetido para o seu município para participar numa ação de divulgação do POISE e do Centro 2020, para a área social, tinha tomado a iniciativa de sugerir a estas entidades que dado o número de entidades existentes no território, seria interessante que se realizasse uma dessas ações na região, ganhando-se com isto uma maior capacidade de divulgação das mesmas junto das nossas instituições, reduzindo-se, também os custos de deslocação dos técnicos que teriam que participar nas referidas sessões de apresentação dos programas.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, Prof. Joaquim Bonifácio, que a CIM aferisse, junto do POVT se os projetos encerravam mesmo a 30 de setembro ou se encerravam a 31 de dezembro, pois em tempos tinha sido afirmado, por responsáveis do POVT, em Águeda, que os prazos de encerramento tinham passado para 31 de dezembro, depois tinha recebido informações a dizer que afinal era a data de 30 de setembro que contava, contudo que em maio tinha recebido uma comunicação a dizer que voltava a ser 31 de dezembro, pelo que era importante esclarecer isto definitivamente.-----

- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara de Sátão, Dr. Alexandre Vaz, que relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, era seu entendimento que os projetos deveriam estar encerrados a 30 de setembro, dado ter sido essa a informação que lhe tinha também sido transmitida pela Dr.ª Lídia Andrade do POVT.-----
- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, para solicitar aos presentes que, caso tivessem situações similares às do Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira as remetessem para a CIM, de forma a que esta pudesse auxiliar os municípios no seu esclarecimento.-----
- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que começou a sua intervenção, afirmando, que a região tinha sido prejudicada, não pela negociação do Pacto em si mas sim pelos investimentos que iriam ser feitos na região, por via dos mapeamentos e do impacto que estes iriam ter no território, ou melhor pelo menor impacto que iriam ter. -----
- Continuou a sua intervenção, afirmando, que se deveria exigir à CCDR do Centro que discriminasse positivamente a região, de forma a compensá-la do impacto negativo dos mapeamentos, alocando uma maior verba do overbooking a projetos dos municípios da CIM Viseu Dão Lafões, até porque poderia vir a não haver dinheiro que chegasse para o denominado overbooking 2. -----
- Concluiu a sua intervenção, alertando os presentes, para a importância de ser feita a pressão sugerida, junto da CCDR do Centro, pois, na sua opinião, os municípios é que iriam ficar com o ónus de não terem conseguido negociar um maior investimento para os seus municípios, até porque os municípios poderão não obter visto do Tribunal de Contas, por não terem fundos capazes de assegurar a contrapartida nacional, nomeadamente os que se encontrarem em saneamento financeiro.-----
- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que salientou a importância de se pressionar a Autoridade de Gestão para que procedessem de imediato à quitação das despesas submetidas de forma a que se encerrasse, de imediato, o chamado overbooking 1. -----
- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Sátão, Dr. Alexandre Vaz, que manifestou a sua concordância com o Senhor Presidente da Câmara de Tondela. ---
- Em face da ausência de mais pedidos de intervenção sobre o assunto em apreço e no seguimento das preocupações manifestadas pelo Senhor Presidente da Câmara de



Mangualde, o Conselho deliberou que a CIM deveria efetuar um levantamento de todos os projetos do denominado overbooking 1 que estivessem em condições de ser solicitada a sua quitação, de forma a que fosse possível, num segundo momento, interpelar a Autoridade de Gestão acerca do pagamento do financiamento dos mesmos, de forma a que o Conselho Intermunicipal pudesse delinear uma estratégia relativamente ao chamado overbooking 2.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou por informar o Conselho intermunicipal que relativamente à problemática dos montantes contratualizados por cada CIM, ele tinha feito uma análise comparativa sobre os mesmos, sendo que era de extrema dificuldade faze-la, já que, existiram, um conjunto de fatores particulares que dificultavam essa comparação, pois havia regiões que tinham integrado centros escolares e outras não porque já os tinham realizado no atual quadro, outras tinham visto transitar projetos do atual quadro para o próximo por não terem conseguido realizar os mesmo dentro do QREN, outras ainda tinham um determinado valor por influencia dos mapeamentos, pelo que, reiterava, a dificuldade de se fazer uma análise comprativa, séria, sem que todos estes fatores fossem tidos em conta.-----

---- Continuou a sua intervenção, para informar, que a CIM já estava a desenvolver trabalho no âmbito do projeto da formação de públicos estratégicos, no seguimento do deliberado pelo Conselho Intermunicipal, sendo que a este respeito informou os Senhores Presidentes para a importância de a região aparecer com uma única candidatura, pois isso só a iria fortalecer, não podendo deixar de referir o excelente histórico que a CIM tinha nesta área, nomeadamente no que dizia respeito à capacidade de execução e à qualidade da formação ministrada.-----

---- Ainda a este respeito, salientou o Senhor Secretário Executivo, a probabilidade de uma candidatura supramunicipal ser aprovada era maior do que a de um conjunto de candidaturas fragmentadas.-----

---- Nesta sequência informou que já estava agendada uma reunião de trabalho, com os municípios, para o próximo dia 17 de setembro, com o objetivo de preparar a referida candidatura.-----

---- Concluiu, a sua intervenção, relativamente a este tema, informando, que o importante era haver capacidade para trabalhar de forma articulada com todos os

atores do território, sendo que existiam projetos, como por exemplo no Interreg, onde existem oportunidades de candidaturas conjuntas.-----

--- Continuou o Dr. Nuno Martinho, informando, que na próxima reunião do Conselho Intermunicipal o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial teria que ser ratificado e a minuta do contrato de delegação de competência teria que ser aprovado. -----

---- O Senhor Secretário Executivo informou, também, o Conselho Intermunicipal que no âmbito das ações coletivas (SIAC), promoção do espírito empresarial era, na sua opinião, importante que a CIM pudesse liderar, em parceria com a AIRV e com o IPV, uma candidatura, até porque será uma área em que a CIM irá ter uma intervenção importante num futuro próximo.-----

--- O Senhor Secretário Executivo concluiu a sua intervenção, informando, que a candidatura tinha que ser submetida até ao próximo dia 30 de setembro, pelo que iriam começar a realizar-se um conjunto de reuniões de trabalho de forma a formatar a candidatura. -----

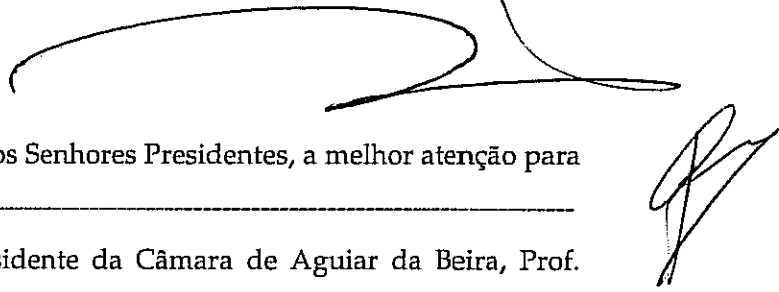
--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, Dr. José António de Jesus, que propôs que fosse alargado o âmbito de intervenção da candidatura de forma a que os Nestpolis pudessem ser abrangidos pela mesma. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, para informar o Conselho Intermunicipal que no âmbito da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões, o Município de São Pedro do Sul tinha sugerido que fosse lançado um Acordo Quadro para a área das análises da água, dado o elevado custos das mesmas os municípios. -----

---- Face à concordância, unanime, de todos os presentes, foi deliberado que os serviços da CIM Viseu Dão Lafões deveriam começar a trabalhar na elaboração do referido procedimento concursal. -----

--- O Dr. Nuno Martinho concluiu a sua intervenção, informando os Senhores Presidentes que no âmbito do projeto de modernização administrativa “um Modelo, Catorze Municípios” se tinham realizado reuniões com as empresas que estão a trabalhar no projeto para que se efetuasse um ponto de situação da intervenção. -----

--- Informou, ainda, que a AIRC iria realizar visitas e formação em cada um dos municípios, sendo que estava a reportar à CIM a dificuldade de agendamento em



vários municípios, pelo que solicitava, aos Senhores Presidentes, a melhor atenção para este assunto.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, Prof. Joaquim Bonifácio, que alertou os presentes para uma notificação que tinha recebido relativamente às custas de parte que tinha que pagar referentes ao processo intentado contra a Presidência do Conselho de Ministros e contra o Ministério das Finanças, no âmbito da problemática do SNS. -----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que informou os presentes que também o seu município tinha sido notificado pelo CEJUR para o pagamento das custas de parte que eram devidas. -----

---- Continuou a sua intervenção, afirmando, que apesar de, na sua opinião existir uma nulidade processual, por terem notificado a CIM e não os Municípios, seria mais oneroso proceder a essa contestação do que proceder ao pagamento das referidas custas de parte, pelo que propôs que as mesmas fossem pagas pela CIM e debitadas aos municípios na proporção respetiva. -----

---- Em face da ausência de pedidos de intervenção foi a proposta aprovada, por unanimidade. -----

---- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

---- Período da Ordem do Dia. -----

---- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 31/08/2015 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 31/08/2015. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. -----

---- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 7ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho, que, de forma sucinta, explicitasse o assunto em apreço.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou que a proposta de alteração orçamental apresentada visava incorporar na receita os protocolos celebrados nomeadamente o relativo às Escolas Empreendedoras de forma a permitir o lançamento dos procedimentos respetivos. -----

---- Concluiu a sua intervenção, informando, que também se tinha aproveitado o ensejo para se efetuarem pequenos ajustamentos, fruto do desenvolvimento dos projetos que se encontravam ainda em curso ou em vias de conclusão. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a 7ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2015. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para assegurar as tarefas da Unidade Administrativa e Financeira (UGAF) da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com as exigências do POCAL”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 274/2015, de 1 de julho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho, que, de forma sucinta, explicitasse o assunto em apreço. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou que a CIM não tinha nenhuma técnica nesta área a tempo inteiro, sendo que a técnica do Município de Santa Comba Dão tinha, por sua opção, cessado o protocolo de colaboração, sendo que a AIRC tinha vindo a assegurar, transitivamente, através da Dr.ª Christine Cera o serviço, até para que se pudesse aquilatar da vontade de algum técnico de algum município vir para a CIM, em regime de mobilidade, desempenhar estas funções. -----

---- Neste sentido e em face da ausência de interessados, a CIM tinha necessidade de proceder à presente aquisição de serviços. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para assegurar as tarefas da Unidade

Administrativa e Financeira (UGAF) da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com as exigências do POCAL".-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para apoio no encerramento de projetos no âmbito do QREN e na submissão das candidaturas ao Portugal 2020", de acordo com a Informação de Serviço nº 324/2015, de 01 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho, que, de forma sucinta, explicitasse o assunto em apreço.-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou que a CIM estava com muito trabalho ao nível do encerramento de projetos, sendo que estes se iriam sobrepor com a necessidade de serem preparadas candidaturas a submeter ao Portugal 2020, pelo que propunha a abertura de um procedimento concursal, pelo período de 4 meses, renováveis por iguais períodos, até ao máximo de um ano.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para apoio no encerramento de projetos no âmbito do QREN e na submissão das candidaturas ao Portugal 2020".-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para a implementação da 5ª edição do projeto "Empreendedorismo nas Escolas da CIM Viseu Dão Lafões", de acordo com a Informação de Serviço nº 328/2015, de 3 de setembro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho, que, de forma sucinta, explicitasse o assunto em apreço.-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou que após terem sido consultadas 3 empresas da área, face aos valores



apresentados e às alterações introduzidas no caderno de encargos, os valores apresentados apontavam para a necessidade de ser lançado um concurso público.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para a implementação da 5ª edição do projeto “Empreendedorismo nas Escolas da CIM Viseu Dão Lafões”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

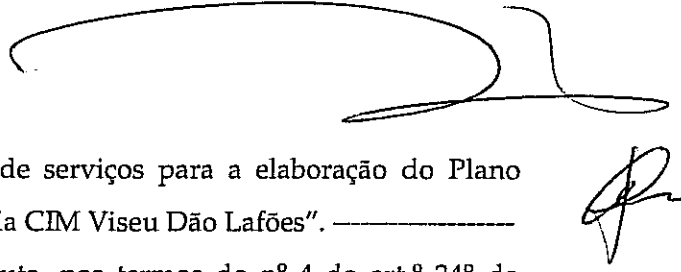
----- Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de aplicação de sanção contratual, no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de equipamentos terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC) para os corpos de bombeiros e os serviços de proteção civil municipal”, de acordo com a Informação de Serviço nº 325/2015, de 1 de setembro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na Informação de Serviço nº 325/2015, explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, não aplicar as multas contratuais em virtude do tempo decorrido e não haver prejuízos para a CIM.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de minuta de contrato a celebrar no âmbito do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da CIM Viseu Dão Lafões” - (CLPQI_01/2015), nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na proposta de minuta de contrato a celebrar, explicitou, detalhadamente, o teor da mesma.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de minuta de contrato a celebrar no âmbito do



procedimento concursal para a “Aquisição de serviços para a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da CIM Viseu Dão Lafões”. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **oitavo ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de conjunto de estantes móveis de arquivo para apoio à Estrutura de Apoio Técnico da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização” – (AD_19/2015), nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado no projeto de decisão de adjudicação, explicitou, detalhadamente, o teor do mesmo.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de conjunto de estantes móveis de arquivo para apoio à Estrutura de Apoio Técnico da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **nono ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços de empoderamento da rede de incubadoras do território Viseu Dão Lafões” – (AD_18/2015), nos termos da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado projeto de decisão de adjudicação, explicitou, detalhadamente, o teor do mesmo. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços de empoderamento da rede de incubadoras do território Viseu Dão Lafões”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

— Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi.-----

Jose Carlos Almeida
Jose Carlos de Oliveira Almeida